

A EMERGÊNCIA, O DESENVOLVIMENTO E A MATURAÇÃO DO PCC (PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL). UMA FACÇÃO ALÉM DO ALCANCE

Emile Caroline de Souza Ribeiro

Lúcio Alves de Barros

RESUMO

Este artigo trata do impacto das organizações criminosas na segurança pública, mas também destaca a influência do cenário das políticas públicas de segurança na aparição e desenvolvimento destas mesmas organizações criminosas. Com foco no caso do Primeiro Comando da Capital. A metodologia utilizada foi análise documental e tem como preocupação buscar informações concretas nos diversos documentos, dentre eles a lei, os livros, artigos e documentários. Está dividido em três seções, na primeira observamos de onde veio e para que veio o PCC em sua origem. Na segunda, compreendemos como foi possível que se desenvolvesse em território nacional do modo que aconteceu desencadeando no processo de internacionalização e quais têm sido suas estratégias, sendo esta a terceira e última sessão. Conclui-se neste estudo que o PCC vem crescendo exponencialmente desde sua criação em 1992 na Casa de Custódia de Taubaté e a estrutura do sistema carcerário foi e segue sendo uma facilitadora para o êxito dos ideais e negócios da facção.

Palavras-chave: PCC; ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA; SEGURANÇA PÚBLICA

ABSTRACT

This article deals with the impact of the Primeiro Comando da Capital, a criminal organization, on public security, but also highlights the influence of the public security policy scenario on the appearance and development of this same criminal organization. The methodology used was document analysis and is concerned with seeking concrete information in the various documents, including the law, books, articles and documentaries. It is divided into three sections, in the first we

look at where the PCC came from and what it came for in its origins. In the second, we understand how it was possible for it to develop in the national territory the way it happened, triggering the internationalization process and what its strategies have been, this being the third and last session. It is concluded in this study that the PCC has been growing exponentially since its creation in 1992 in the Casa de Custódia de Taubaté and the structure of the prison system was and continues to be a facilitator for the success of the faction's ideals and businesses.

Keywords: PCC - CRIMINAL ORGANIZATION - PUBLIC SECURITY

I. INTRODUÇÃO

O presente texto tem como linha norteadora compreender o caminho traçado até o processo de internacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC). O quanto o sistema de segurança pública paulista, e brasileiro no geral, contribuiu para o êxito da facção que ainda hoje, quase três décadas desde a criação, segue operante e bem sucedida no que se propõe, apesar das inúmeras apreensões e encarceramentos envolvendo seus recursos e membros, é um questionamento importante que também guia a escrita. Neste artigo, isso ocorre a partir da exposição e análise da origem e desenvolvimento do grupo nas últimas décadas.

Utilizamos a pesquisa qualitativa como percurso metodológico, entendida como uma ferramenta de compreensão detalhada dos fatos que estão sendo pesquisados. Para Minayo (2002, p. 21) a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” recursos estes essenciais na análise que propõe este texto. Assim sendo, iniciamos esclarecendo o conceito de Crime Organizado. Segundo a LEI Nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Para Mingardi (2007) pouco importa a modalidade criminosa praticada, os critérios que definem o “Crime Organizado” podem ser agrupados em cinco princípios: hierarquia, previsão de lucros, divisão do trabalho, planejamento empresarial e simbiose com o Estado, nesta ordem. Os quatro primeiros aspectos estão presentes em todo ambiente e atividade corporativa, as empresas trabalham com uma lógica hierárquica, setorizada, e que prevê o retorno de seus investimentos.

O fenômeno acontece de forma muito parecida no Crime Organizado, mas não nas quadrilhas comuns, menos complexas, nestes casos a liderança não é previamente estruturada, é mais fluída e dependente do potencial do líder em se impor fisicamente, materialmente (e aqui nos referimos ao uso ostensivo de armas).

A quinta característica, simbiose com o Estado, Mingardi (2007) destaca como a mais polêmica e complexa, apesar dos motivos serem bastante óbvios, sendo a promoção da segurança pública de obrigação do Estado, com objetivo de defender direitos fundamentais, prezar pelas leis e a manutenção da ordem pública, é uma contradição que o próprio Estado, não só possibilite, mas facilite (ou mesmo se confunda) a existência e atuação de uma organização criminosa em determinados territórios. A despeito dessa existência ostensiva e até legitimada pelos meios de comunicação, tanto os governantes, quanto os policiais negarem que seja um fato notório e, em alguns lugares de clara percepção. Mingardi (2007) garante que todas as organizações mapeadas em suas pesquisas apresentam uma ligação com a máquina do Estado, e por este motivo a quinta característica é sem dúvida a mais importante para a configuração do Crime Organizado.

Em 2018, durante um evento que debateu questões relacionadas ao Sistema Penitenciário Federal, Raul Jungmann, ministro da Defesa e ministro extraordinário da Segurança Pública do governo Temer, revelou que o Brasil tinha aproximadamente 70 facções criminosas ativas no país. A informação foi divulgada no jornal O Globo. A maior e mais bem articulada de todas e em todo território nacional, incluindo atividades internacionais, era o PCC.

2. “SE QUER GUERRA TERÁ, SE QUER PAZ QUERO EM DOBRO”

O episódio de repercussão internacional conhecido como Massacre do Carandiru, ocorrido em 2 de outubro 1992, quando a Polícia Militar do Estado de São Paulo interveio para conter uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo e causou a morte de 111 detentos, colocou em evidência o fortalecimento das diretrizes militarizadas de controle criminal no Brasil. Somado a esta postura violenta das forças policiais, interesses políticos e econômicos incentivaram um movimento de interiorização das penitenciárias, principalmente em São Paulo (Silvestre, 2012). Quando se fala em PCC, considerar o episódio do Massacre do Carandiru é compreender a conjuntura que estava dada à época, Conjuntura esta que viabilizou a criação e o desenvolvimento de uma facção com ideais que a fez acolhida e foi acolhendo a massa carcerária na luta por suas demandas.

O Primeiro Comando da Capital é uma facção criminosa vastamente conhecida como “PCC” e até mesmo “1533”, que corresponde os números ordinais às letras no alfabeto. Sua origem remete ao mês de agosto de 1993, menos de um ano depois do massacre, na Casa de Custódia de Taubaté (CCTT), no interior do estado de São Paulo. O PCC evidentemente não era a única facção presente na penitenciária, o histórico das facções é demasiado violento neste ambiente, o que não era disputado na bola, era concorrido na faca, acarretando em muitas mortes. A facção tinha como finalidade inicial lutar a favor dos ideais dos presos. “Antes de ser uma facção, um movimento contra o estado, é um sentimento e eles não combateram porque sentimento é igual palavra, não volta vazia, depois que você soltou alguém vai se identificar”, confidenciou Kaskão, ex-detento, durante entrevista à UOL Play no primeiro episódio da série documental “Primeiro Cartel da Capital”. Os detentos passavam por problemas que, na verdade, existem até hoje nas pequenas e grandes penitenciárias, como a superlotação, falta de higiene, remédios, maus tratos, humilhação, desrespeito à LEP, inexistência de assistência jurídica, saúde e péssimo atendimento ao visitante. O PCC se configurou como uma forma de resolver ou amenizar a situação no piso das penitenciárias superlotadas e próximas às masmorras entupidas de gente de outrora, nas quais a tortura, os maus tratos e a sujeição animal eram regras.

O uso da força, diferente do método anterior das outras facções e da vida na cadeia, passou a ser utilizado em último caso, apenas quando realmente necessário. A violência era sim, muito presente nas rebeliões e mortes dos adversários, mas não era considerado o jeito mais inteligente de “proceder”. O acordo é que os presos batizados pelo PCC, os chamados irmãos, operassem intermediários, conciliadores dos debates que inevitavelmente aconteciam e juntos, após “dada a fita”, decidiam quem estava certo e quem estava errado na situação, resolvendo as contendas de forma mais diplomática, se é possível assim dizer.

Tratou-se de um método de resolução que tende à praticidade e, segundo eles, à justiça, pois dá o direito às duas partes de exporem seus pontos de vista referente ao problema, que após a decisão final deve ser resolvido conforme orientações. Se está devendo, tem que pagar, se o devedor não paga um familiar será cobrado e caso não seja possível, o devedor será expulso do convívio, por exemplo (Feltran, 2018, p. 18). Em maio de 1997, uma publicação no jornal *Folha de São Paulo* listava os 16 itens do estatuto do PCC o qual o jornal se referiu usando os seguintes termos: “Leia a seguir o conteúdo do estatuto da suposta organização dos presos Leia a seguir o conteúdo do estatuto da suposta organização dos presos. O texto é apresentado na sua versão integral e, portanto, conserva os erros de português originais”, demonstrando o quanto a mídia, talvez como reflexo da tratativa indiferente do Estado em relação ao potencial de articulação do grupo.

Os 5 primeiros já refletem muito do caráter fraternal e colaborativo, ainda que impositivo da organização, a ver:

ESTATUTO DO P.C.C.

1. Lealdade, respeito, e solidariedade acima de tudo ao Partido.
2. A Luta pela liberdade, justiça e paz.
3. A união da Luta contra as injustiças e a opressão dentro da prisão.
4. A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmãos dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate.
5. O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido.
6. Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário à todos os seus integrantes para que não venham à sofrerem nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.
7. Aquele que estiver em Liberdade 'bem estruturado' mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenado à morte sem perdão.
8. Os integrantes do Partido tem que dar bom exemplo à serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja: assalto, estupro e extorção dentro do Sistema.
9. O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade, solidariedade, e o interesse comum ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.
10. Todo o integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de Todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.
11. O Primeiro Comando da Capital -P.C.C. fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto "a Liberdade, a Justiça e a Paz".
12. O Partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acordo com sua capacidade para exercê-la.

13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos, foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o Sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, torturas, massacres nas prisões.

14. A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado à desativar aquele Campo de Concentração “anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atrozés.

15. Partindo do Comando Central da Capital do KG do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final.

16. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos à nível estadual e à médio e longo prazo nos consolidaremos à nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC iremos revolucionar o país dentro das prisões e o nosso braço armado será o Terror “dos Poderosos” opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangú I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade, na fabricação de monstros.

Conhecemos a nossa força e a força de nossos inimigos Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido.

LIBERDADE! JUSTIÇA! E PAZ!!!

O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com Comando Vermelho CV.

UNIDOS VENCEREMOS

Era interessante aos presos o resultado prático das políticas impostas. Sob a disciplina do comando os estupros aos poucos desapareceram, o homicídio, que acontecia com muito mais frequência, foi considerado injusto, e ao longo dos anos aboliu-se o crack em todas as cadeias da facção no estado de São Paulo. Em um dos capítulos de seu livro, “Estação Carandiru”, Drauzio Varella (1999, p. 129) narra o que observou do fenômeno da chegada do crack aos presídios e seus efeitos. O crack invadiu a cadeia em meados de 1992, foi o substituto do famoso ‘baque’, como era

conhecido o uso da cocaína injetável, uma droga compulsiva, mas a ação do crack é ainda mais instantânea e altamente viciante.

Para além da proibição da venda e consumo do crack, a atuação da facção viabilizou as visitas, o acesso aos itens de higiene básica como sabonetes e pasta de dente, para o preso em dificuldade, aquele que não recebe visitas e nenhum tipo de ajuda externa, por exemplo. Organizaram também um modo de fazer negociações lícitas e ilícitas com funcionários do presídio. Deste modo, conseguiam oferecer aos presidiários uma ordem previsível para a vida cotidiana, ao contrário do cenário anterior, o que era muito interessante considerando o cenário em que essa população carcerária vivia. E assim o Comando foi alcançando o respeito e contando com a parceria da massa prisional paulista.

Em fevereiro de 2001, durante um domingo à tarde, dia de visita, o sistema penitenciário do Estado de São Paulo foi fortemente movimentado. Gradativamente, 29 unidades prisionais da cidade de São Paulo, da Região Metropolitana e do Interior do Estado rebelaram-se e funcionários e familiares de presos foram feitos reféns. A maior parte das prisões rebeladas integrava a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP). Algumas unidades prisionais estavam previamente articuladas para compor este movimento e outras apenas foram aderindo, à medida que a informação chegava através da mídia sobre a revolta coletiva em diversos presídios. Esse impressionante movimento sincronizado foi liderado pelos prisioneiros membros do Primeiro Comando da Capital (PCC).

O objetivo das rebeliões era muito claro, eles queriam pressionar a administração penitenciária para a volta para a Casa de Detenção de São Paulo dos líderes do grupo que

havam sido removidos dali, mas também denunciavam as péssimas condições das prisões em diversos âmbitos, alimentação ruim, falta de assistência médica ou judiciária, as opressões praticadas pelas autoridades, superlotação, enfim, diversas violações de direitos humanos. Amplamente veiculada pela mídia, a hiper rebelião atraiu a atenção de milhares de espectadores que acompanharam pela televisão. Um dos centros de comando do movimento foi a Casa de Detenção de São Paulo, com mais de sete mil presos (SALLA, 2006).

De acordo com Josmar Jozino (2005), em sua obra “Cobras e Lagartos”, além de revelar toda história do PCC, afirma a respeito da facção paulista que todo secretário de segurança negava sua existência e, ao não reconhecer sua força e existência, não previram a dimensão do poder que ela teria. Por isso, isso não foi devidamente combatido desde o início. Após a dimensão das rebeliões

em 2001, foi muito difícil continuar negando. Criado com o objetivo de abalar a facção, o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) foi criado, o detento passava 360 dias em uma cela individual, com visitas mais restritas e mais limitações de saídas da cela, porém essa tentativa foi incapaz de deter as rebeliões.

Apesar do RDD e das tentativas do Estado em monitorar e mudar de penitenciárias as lideranças das mobilizações do PCC em 2001, nada controlou a insurgência de lideranças em uma nova rebelião acontecida no mês de maio de 2006. Nesse ano o PCC atacou a cidade de São Paulo (cidades do interior, litorâneas e da grande São Paulo). Com sincronia e organização sem igual a facção mobilizou milhares de detentos e ex-detentos, provavelmente, já incorporados nas engrenagens da organização.

A desordem tomou proporções ainda não vistas no Estado e 293 ataques contra bases e postos da Polícia Militar, além de delegacias foram registrados logo após o primeiro “salve”. As notícias revelavam rebeliões em 73 presídios: no Centro de Detenção Provisória e em 09 cadeias públicas de São Paulo, capital. Só na noite do dia 14 daquele mês, as informações apontavam que 53 unidades tinham detentos em rebelião ao mesmo tempo. Além de vários ônibus queimados (cerca de 51) registraram-se muitas tentativas de fuga, ataques à polícia militar, à polícia civil, corpo de bombeiro, agentes penitenciários e seguranças de agências bancárias. O Estado, o qual não se mostrava nada surpreso com o acontecimento, se viu acuado com granadas, bombas caseiras, revólveres de alto calibre e metralhadoras. A facção há tempos agia não somente no tráfico de drogas (à varejo e atacado), mas também no de armas e, naquele mês colocou em xeque o monopólio da violência estatal. De acordo com Adorno e Salla (2007, p. 10 e 11):

Por isso, não é de surpreender que a criminalidade organizada tenha emergido à superfície da vida cotidiana e as ondas de maio de 2006 tenham sido estudos possíveis. Todavia, ao contrário do que à primeira vista possa parecer, as ondas de maio de 2006, em São Paulo, a despeito de sua excepcionalidade, não constituem um fenômeno único e tampouco isolado. Havia antecedentes. Os exemplos são inúmeros e devem ser buscados nas diversas rebeliões que sacudiram os sistemas penitenciários de São Paulo e Rio de Janeiro, desde o início dos anos 1990. Já, há quase vinte anos, revelaram elevada capacidade organizativa, como o demonstraram, no Estado de São Paulo, as rebeliões na Casa de Detenção de Hortolândia e na Penitenciária I de Tremembé, ambas ocorridas em 1995 e, sobretudo, a megarebelião em 2001 que sublevou, simultaneamente, 29 estabelecimentos penitenciários com apoio em aparelhos celulares e centrais telefônicas clandestinas, em uma sincronia jamais conhecida anteriormente.

Provavelmente o que assustou as autoridades foi a pretensão da facção ao assassinar agentes estatais, pessoas civis e a rapidez da mobilização tendo como arma central as redes sociais. Rapidamente a coordenação dos ataques trouxe medo e angústia à população. Diante da insegurança generalizada, o Estado se apequenou e até atentados às garagens de transporte público foram registrados. A violência cresceu conforme o comando tomava terreno e, em meados de maio, já havia rumores de sua ressonância nos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

A mídia naquele mês de maio se fartou, além da ressonância nacional e internacional do caso, tratou de generalizar o medo, pontuou a incerteza social e denunciou a fraqueza do Estado naqueles episódios. Cinco acontecimentos teriam se ajustado a outros para a emergência das rebeliões: 1º - o caso da fita que teria sido vendida ilicitamente contendo o depoimento sigiloso prestado pelos delegados da alta cúpula da Polícia Civil na CPI do tráfico no Congresso Nacional acerca do PCC; 2º - os constantes casos de corrupção e achaques abusivos de policiais a criminosos paulistas, como o que aconteceu em 2005. Policiais civis de Suzano sequestraram o enteado de Marcola, o qual só foi liberto devido ao pagamento de resgate de R\$ 300 mil; 3º - corria a informação de uma rebelião em meio ao indulto do dia das mães, na verdade havia muitas afirmações a respeito de rebeliões que não deixavam de causar mal-estar na Secretaria de Administração Penitenciária. Em entrevista a Miraglia e Salla (2008, p. 14) o então secretário Nagashi Furukawa afirmava que: “Havia notícias vindas de todos os cantos, de todas as penitenciárias, de que a megarrebelião de 2006 seria feita em agosto daquele ano, ou seja, nas vésperas da eleição de outubro, e nós, simplesmente nos antecipamos, tomamos providências para tentar evitar que as rebeliões continuassem acontecendo e que essa grande rebelião anunciada para agosto acontecesse.”; 4º - a criação do RDD pelo governador Alckmin em São Paulo; 5º - a transferência de 765 detentos da Penitenciária de Avaré 1 - dentre eles as lideranças do PCC, como Marcos Camacho, o Marcola - para a penitenciária II Presidente Venceslau (penitenciária de segurança máxima) (Souza, 2006; Adorno e Salla, 2007; Clínica Internacional de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade Harvard e ONG Justiça Global, 2011).

As rebeliões tiveram início em 11 de maio e, é claro, que o episódio não foi somente mais uma manifestação de tudo que já acontecia na política penitenciária de São Paulo há tempos (Adorno e Salla, 2007). Tornou-se evidente as disputas internas, a corrupção entre agentes do Estado, a escassez de informações, a (des)integração dos serviços dos órgãos do Estado e a incompetência estatal em sequer ter a ideia da complexa organização que naquele mês tomou corpo. O resultado

foi estarrecedor, e apesar dos números serem contestados, de 12 a 21 de maio, houveram 293 ataques contra bases e postos da Polícia Militar, além de delegacias e outros equipamentos urbanos resultando em 493 mortos, 451 civis e 42 agentes públicos (policiais civis, militares, agentes carcerários e guardas) (Estado de São Paulo, O poder furioso, 2016). Como em qualquer “guerra” houve um acordo e perdeu o lado frágil e vulnerável socialmente, a população, muitas vezes utilizada como escudo, meio de manobra nas negociações que os agentes estatais levaram a efeito com os participantes do PCC, e vítimas de chacinas e ataques do próprio Estado.

Naquele período Cláudio Lembo (PFL) era o governador, o qual recebeu críticas devido ao seu pouco traquejo político, a grande desinformação e o péssimo gerenciamento da crise. O Governador anterior a ele, Geraldo Alckmin (PSDB), havia se licenciado para disputar a Presidência da República. O fato é que o seu substituto - a despeito do Estado não reconhecer o acontecimento - teria aberto a possibilidade de negociação do término dos ataques do PCC. Apesar das divergências nesse campo, é forçoso lembrar que o jornal “O Estado de S. Paulo” obteve o depoimento do delegado José Luiz Ramos Cavalcanti, no qual revelava que o governo paulista teria levado a efeito um “um acordo com uma facção criminosa para encerrar ataques contra policiais em 2006”. Naquele período o governo negou a existência de qualquer negociação.

O imbróglio se assentava na proposta levada pela advogada Iracema Vasciaveo (reconhecida como presidente da ONG Nova Ordem que defendia o direito dos presos, inclusive do PCC) na qual, no depoimento do delegado, os ataques parariam após a certa confirmação de que a liderança do movimento, Marcola, não tivesse sofrido tortura pela polícia. Além disso, que os presos amotinados não sofreriam qualquer agressão por parte dos policiais. O delegado, por fim, teria informado que o encontro foi autorizado pelo então governador Cláudio Lembo e aconteceria no interior da penitenciária de Presidente Bernardes com a participação de dois chefes, Saulo de Castro Abreu Filho (Secretário de Segurança Pública do Estado em 2006) e Nagashi Furukawa (secretário de Administração Penitenciária de São Paulo) (Souza, 2006). O governo de São Paulo insistiu, contudo, na inexistência do acordo, apesar de sua assessoria divulgar uma nota de que “o fato do estado concordar que não haveria represálias contra os presos não significa acordo”.

Após a ocorrência dos casos de 2006, Marcola consolidou sua liderança no PCC que veio a ser a maior facção do país. O sistema de gestão do PCC foi organizado por *Sintonias*⁷. Nada mais do que uma ideia já conhecida como modelo empresarial piramifal de Fayol, contando com re-

lações de sociabilidade tal como um modelo militar. Algumas pesquisas tem chamado atenção para sua organização em rede, outras a interpretam como uma “irmandade secreta”. O que não muda é o compromisso com o mundo do crime, principal cobrança para com o membro que depois de batizado se torna um “irmão” (Josino, 2005; Manso e Dias, 2018; Feltran, 2018; Ribeiro, 2023).

Na hierarquia da organização as posições de sintonia ou de disciplina demonstram autoridade, não do indivíduo, mas da posição, embora as pessoas que ocupem um lugar nas seguintes sintonias precisem merecer e ter competência suficiente para estar nessas posições. A responsável pela arrecadação do dinheiro é a Sintonia do progresso, à Sintonia Restrita cabe cuidar dos planos de estratégia, a parte inteligência da facção (Feltran, 2018). Um membro de uma determinada sintonia sabe o que compete à sua função e as informações da sintonia que ele compõe. A sintonia final geral, por vezes chamada de cúpula, seria um conjunto de 12 ou 14 posições políticas responsáveis pelas decisões políticas de toda irmandade nacional e internacional. Essa sintonia final geral é responsável pelos assuntos vedados às sintonias de todos os estados brasileiros e países em que há irmãos atuando, também de todas as cadeias do PCC, de todas as quebradas, do Paiol, as armas da facção, dos chamados Gravatás que são os advogados e do Progresso, responsável pelos recursos monetários (Feltran, 2018).

Conforme destacado por Dias (2011) a análise da dinâmica do PCC e de suas implicações nas áreas em que atua de forma mais intensa requer a consideração dos dois pilares que compõem e sustentam sua estrutura: o aspecto político e o econômico. Os desafios para manter essa estrutura e posição tornam-se mais complexos quando se leva em conta a forte dependência em relação ao apoio político, seja ele anterior ou durante o crescimento econômico. Esses pilares, presentes desde a fundação do PCC, embora se modificado ao longo do tempo, mantêm-se em constante interação e complementaridade, conferindo à organização sua singularidade, que não pode ser simplificada por categorizações pré-concebidas (Ribeiro, 2023). Ao representar a estrutura a seguir, do PCC, Dias (2011) optou por dividi-la em três níveis de abrangência, evidenciando as conexões entre esses níveis hierárquicos e as ramificações que possibilita ao Comando estender sua influência por várias localidades, demonstrando assim a capilaridade desse poder exercido através dos *irmãos* da organização.

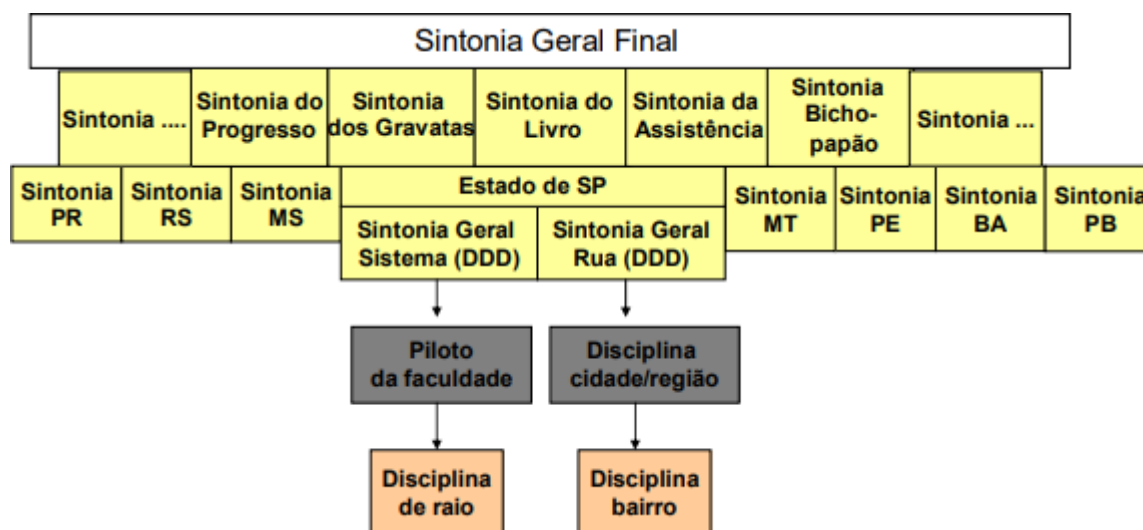


FIGURA 1: ORGANOGRAMA DA ATUAL ESTRUTURA HIERÁRQUICA GERAL

Fonte: Dias (2011, p. 222).

- 1º escalão
- 2º escalão
- 3º escalão
- 4º escalão

Embora a estrutura em evidência possa parecer hierárquica, em todos os casos as posições são, na realidade, intercambiáveis e no campo devem operar com razoável rotatividade. Na prática do PCC, todos os criminosos devem estar prontos para assumir liderança por um período determinado, dependendo da ameaça das forças de segurança à organização. Essa estrutura estabelece um código de conduta único que define os padrões de interação de poder em diversos ambientes controlados pelo PCC (Ferreira, 2018).

3. O caráter expansionista do PCC

Depois de toda projeção conseguida na mídia, a organização ganhou mais visibilidade com a adesão de novos membros, após os episódios de 2001 e 2006. Uma mudança de conduta é destaque entre os pesquisadores. Os chefes do Comando - quando Cesinha e Geleião - tinham como prioridade chocar as autoridades com atos contrários ao sistema, mas Marcola vinha se destacando como liderança por enxergar no PCC um negócio muito lucrativo. Com possibilidades de poder, os primeiros, desconfiando da lealdade de Marcola, mandaram assassinar sua esposa, que

3.1 A Internacionalização

O processo do comando do PCC se intensificou na década de 2010 através de um plano chamado “projeto Paraguai” (Manso e Dias, 2018). O projeto tinha vários objetivos, dentre eles, os principais: 1 - Expansão em território nacional (estava acontecendo com rapidez); 2 - Conhecimento sobre a plantação e distribuição de drogas ilícitas; 3 - Disputa pela rota do tráfico (Feltran, 2018, Dias, 2013; Manso e Dias, 2018). A execução deste novo projeto se dava na fronteira do Brasil com o Paraguai, a qual sempre foi uma região com muitas disputas perigosas. Quem controlava a região da fronteira conseguia comandar a transação de mercadorias ilícitas entre os países latinos e o Brasil.

Em janeiro de 2015, contas na China e nos Estados Unidos, suspeitas de serem usadas para lavagem de dinheiro do PCC, foram desvendadas pela polícia e pelo Ministério Público. Durante o período de 2013 a 2014, existiu a suspeita de que a facção tenha movimentado uma quantia estimada em R\$100 milhões, embora esse valor seja apenas uma estimativa (Hisayasu, 2016). Em junho de 2016, o PCC conduziu uma operação para assassinar Jorge Rafaát, um chefe do tráfico bem estabelecido que controlava grupos criminosos que operavam na área de fronteira. A morte de Rafaát é considerada um fato importante na dinâmica ilícita da região e o início do domínio do PCC. O evento teve um impacto significativo nas rotas do tráfico de drogas e reformulou as relações entre as organizações criminosas. Após o assassinato o PCC rompeu alianças com a principal facção criminosa do Rio de Janeiro, o Comando Vermelho - que usava a fronteira paraguaia para o tráfico de drogas. Esse rompimento fez com que as duas organizações, que outrora cooperavam, se armassem uma contra a outra e buscassem novas alianças (Machado, 2019).

Ainda em 2015, já se podia afirmar que 80% dos lucros do PCC vinham do tráfico de drogas, aproximadamente 40 toneladas de cocaína ao ano, totalizando R\$200 milhões ao ano. Os 20% residuais do lucro geral da organização são resultado de outras atividades ilícitas, como roubo a bancos, sequestros, tráfico de armas, rifas vendidas aos detentos e a mensalidade de seiscentos reais que cada um dos mais de 10.000 membros do PCC pagavam naquele momento em troca de proteção. Ao menos 7.000 deles estavam privados de liberdade. Em nível de exemplo não apenas de ganhos, mas também de gastos, uma planilha financeira confiscada pela polícia no mesmo

ano revelou R\$ 1.800.000 pagos para advogados apenas no estado de São Paulo (Hisayasu, 2016; Ferreira, 2018; Ribeiro, 2023).

Como é sabido, a América do Sul abriga países produtores de cocaína, como Colômbia, Peru e Bolívia, além de um produtor de maconha, o Paraguai. O Brasil tem mais de 15.000 km de fronteira com dez países diferentes. A posição geográfica do país, combinada com a infraestrutura estabelecida, é estratégica para os traficantes internacionais de drogas e armas que se beneficiam de vários portos marítimos, aeroportos e da presença irregular do Estado em grandes áreas de seu território. Esses são alguns dos fatores que levaram o Brasil a ocupar a primeira posição entre os países sul-americanos como ponto de partida da cocaína que chega à Europa, África e Ásia (Machado, 2019).

As pesquisas indicam que o PCC opera com o monopólio de mercado, tal como faz no estado de São Paulo. Não ao acaso, não foram longe com o Comando Vermelho, considerados desorganizados e não interessados em abrir portas em outros países (Manso e Dias, 2018). A cisão entre as duas maiores facções criminosas do Brasil gerou um conflito violento que afetou não só o Paraguai, mas também o Norte do Brasil¹. Além da vingança, o conflito nas prisões do Norte do Brasil fez parte de uma competição no mercado de drogas e demonstrou que a rota de drogas da Amazônia não seria facilmente controlada pelo PCC. A maior cidade do norte do Brasil, Manaus, é um centro de tráfico para enviar drogas para a Europa e a África Ocidental (Ferreira, 2018; Martins, 2017; Ribeiro, 2023).

Com o monopólio do PCC da rota Paraguai-Santos-Europa, o grupo passou a controlar o tráfico de alta rentabilidade e se aproximou dos produtores do Peru e da Colômbia viabilizando a expansão de seu negócio no tráfico de drogas (Sampaio 2017² *apud* Ferreira, 2018). Portanto, para alcançar a hegemonia no país, a facção trabalhou para construir uma rede de contatos e se fortalecer em pontos estratégicos do Brasil: no Norte, o foco foram os estados que possuem fronteira com países produtores de cocaína, como Bolívia, Peru e Colômbia. No Mato Grosso do Sul e no Paraná, que fazem fronteira com o país vizinho, o Paraguai, a influência do PCC tornou-se muito mais forte que em São Paulo (Alessi, 2017; Ferreira, 2018).

¹ De acordo com Ribeiro (2023), havia facções menores do que o PCC que operaram o tráfico de drogas no norte do Brasil. A rota do tráfico em disputa era denominada “rota do Solimões”. Por tempo o PCC se aliou ao CV e à Família do Norte (FDN). Foi exatamente o controle dessa rota que esteve em jogo nos violentos confrontos nas prisões em outubro de 2016 e janeiro de 2017.

² Sampaio A.. Aggressive takeover: shifts in Brazil underworld augur rising violence, **IHS Jane’s Intelligence Review**, 44–49, 2017.

Em 2018 o Ministério Público estimou mais de 30 mil integrantes batizados em todos os estados da federação brasileira. Estimava-se pelo menos mais dois milhões de homens, mulheres e adolescentes, mesmo que não batizados prestando serviço ao Comando nas periferias, ruas e favelas de todo o país, no mesmo período. Integrantes da facção fazem negócios legais, o que configura a simbiose com o Estado e negócios ilegais no atacado em ao menos quatro continentes. Tem em sua rede de contatos e colaboradores as mais diversas origens étnicas, nacionais e sociais, ou seja, apesar dos estereótipos, é evidente que nem só de favelados e presidiários é composto o PCC (Feltran, 2018).

Dados apontam para a ocorrência de batismos transnacionais, envolvendo bolivianos, peruanos, colombianos e, mais recentemente, venezuelanos que se tornaram membros do PCC, como relatado em diversas matérias jornalísticas (El País, 2021; Estadão, 2018; Folha de São Paulo, 2018; UOL, 2019). A maneira como a organização e a vida na prisão em Puerto Suárez, uma cidade boliviana na fronteira com o Brasil, se estruturam, sugere, no mínimo, uma influência do PCC na Carcelela Bahia, uma prisão local. É plausível que a organização tenha exercido um controle direto sobre as operações de tráfico, tanto dentro quanto fora das prisões na Bolívia. Oliveira e Krueger (2018) expõem a hierarquia prisional, descrevem as influências do PCC na disciplina das celas, as quais, na configuração prisional boliviana, desempenham um papel semelhante ao estabelecido nas prisões brasileiras onde o Comando está presente.

Atualmente é evidente que o PCC exerce controle sobre o mundo do crime em Corumbá - Mato Grosso do Sul e está expandindo sua influência na Bolívia. Esse controle se manifesta por meio do estabelecimento de novas redes de relacionamento que surgem das relações de poder, delineando territórios que ultrapassam as fronteiras. A estrutura organizacional consolidada do PCC no Brasil está resultando na reconfiguração do tráfico de drogas, facilitado por meio do sistema prisional e se expandindo para além das fronteiras, afetando a Bolívia e outros países vizinhos (Oliveira e Krueger, 2018). Há mais de uma década, a facção paulista ainda mantém a Interpol, o FBI e o Departamento de Narcóticos dos Estados Unidos em constante atenção.

O PCC estabeleceu sua presença dominante nos mercados ilícitos de cidades estratégicas, especialmente nas proximidades da tríplice fronteira do Paraná e em municípios sul-mato-grossenses como Ponta Porã, Bela Vista, Coronel Sapucaia e Corumbá. Essa presença estratégica permitiu ao PCC vantagens significativas sobre traficantes de outros estados brasileiros, consolidando sua posição de destaque como principal distribuidor de maconha e pasta-base de cocaína para o mercado atacadista nacional. Isso impulsionou o processo de nacionalização do grupo, o qual se

intensificou em seguida, conforme confirmado por depoimentos na CPI do Tráfico de Armas entre 2005 e 2006 (Manso e Dias, 2018).

Embora a presença do PCC tenha se consolidado no Sul e Centro-Oeste, foi somente em um momento subsequente que o PCC expandiu sua influência para os estados do Norte e Nordeste, estendendo ainda mais sua presença e controle sobre os mercados ilícitos nessas regiões. A nacionalização do PCC foi um processo complexo e multifacetado, o qual envolveu tanto a expansão dentro dos sistemas prisionais quanto fora deles. Essas duas dinâmicas, dentro e fora das prisões, se complementam e reforçam mutuamente. Além disso, a expansão do grupo para regiões fora do Sudeste, principalmente o Norte e o Nordeste, ocorreu por meio da migração de indivíduos vinculados a esses grupos, muitos deles envolvidos em quadrilhas que realizavam grandes roubos, como bancos, carros-fortes e cargas. Essas quadrilhas buscaram refúgio em áreas menos protegidas e com menor capacidade de resposta às ações ousadas, que muitas vezes envolviam o uso de armas de fogo de alto calibre e altos rendimentos. Esse processo marcou o início de uma migração criminal dos centros urbanos para regiões mais afastadas (Manso e Dias, 2018).

A chegada do PCC em Roraima, por exemplo, foi marcada por uma série de eventos significativos. Em outubro de 2016, na superlotada Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC), iniciou-se “a maior e mais mortal sequência de assassinatos em massa na história do sistema carcerário, do Brasil e do mundo”³. A situação precária da prisão, com cerca de 1,5 mil presos em um espaço projetado para apenas 750 pessoas, refletia o descaso do Estado, com direitos básicos negligenciados, como saúde e assistência jurídica. O presídio era praticamente uma pequena vila, com lojas, uma igreja e até uma academia de ginástica construída pelos presos com barracas de lona, placas de madeira e embalagens de marmite. Enquanto as autoridades demonstraram aparente flexibilidade no enfrentamento às facções, incluindo o Comando Vermelho (CV), essas já estavam se fortalecendo em Roraima. O PCC começou a se organizar no estado em 2014 e, para enfrentar o Comando Vermelho, adotou uma estratégia de filiação em massa, chegando a quase

³ Naquele ano, em Roraima, a chacina na Penitenciária Agrícola do Monte Cristo (Pamc) foi considerada uma das maiores brutalidades (muitos corpos foram mutilados) do sistema penal brasileiro. De acordo com O Globo: “O banho de sangue no maior presídio de Roraima fica atrás apenas do conhecido massacre do Carandiru, em São Paulo, onde 111 detentos foram mortos durante rebelião, e da carnificina no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), no último dia 1º, quando integrantes da facção Família do Norte (FDN) mataram 56 presos do Primeiro Comando da Capital (PCC)”. Conferir, O GLOBO. Massacre em Roraima foi o 3º maior da história dos presídios brasileiros. Número de mortos fica atrás apenas do registrado em chacinas do Carandiru e de Manaus. Reportagem de Luan Correia, especial para o GLOBO. São Paulo, 06 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/massacre-em-roraima-foi-3-maior-da-historia-dos-presidios-brasileiros-20739320>. Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

1000 filiados antes do violento motim de outubro de 2016. Esse contexto tumultuado marcou a entrada do PCC em Roraima, ampliando sua influência no mundo das prisões da região (Manso; Dias, 2018; Ribeiro, 2023).

A capilaridade e a preseça do PCC se desenvolveu ainda pelos mecanismos midiáticos - notadamente as redes sociais - disponíveis à todos. Tanto é que a disseminação das imagens da barbárie nos confrontos no interior das cadeias e penitenciárias, notadamente por celulares, contrabandeados para as prisões de várias maneiras, chamou a atenção das autoridades e da sociedade. A luta para bloquear os sinais de celular nas prisões envolveu um debate de duas décadas entre governos estaduais, federais e operadoras de telefonia móvel, mas os dispositivos continuaram em uso. Embora a situação parecesse temporariamente sob controle após as rebeliões em Roraima, Amazonas e Rio Grande do Norte, as tensões entre os grupos criminosos persistiram, principalmente porque o PCC enviava comunicados para a massa carcerária, popularmente conhecido como “salve geral”, listando conflitos isolados em diferentes estados e apontando a falta de cooperação do CV em punir dissidentes como motivo para a desunião. Isso indicou que o cenário de instabilidade estava longe de ser resolvido e que tudo poderia acontecer no submundo do crime brasileiro (Manso; Dias, 2018, p. 24).

As autoridades não atuavam de forma a solucionar efetivamente os massacres. A responsabilidade de conter os estragos ou interromper essa sequência recaiu sobre os próprios presos. Em novembro de 2016, a Facção tomou medidas para resolver a situação, instruindo seus membros em presídios onde eram minoria a buscarem transferências imediatas ou a saírem do grupo. Esse movimento marcou o fim de uma convivência que durara mais de 15 anos entre as duas maiores facções criminosas do Brasil. O Primeiro Comando da Capital (PCC), diante de outras facções como o Comando Vermelho, é um exemplo notável de uma estrutura organizacional, com duas características distintas: primeiramente torna-se evidente que se trata de um grupo não estatal que não se limita ao mercado interno, mas expandiu suas operações para diversos países da América do Sul. Isso o classifica como um ator transnacional, envolvido no tráfico de drogas e em atividades violentas, como extorsões, homicídios e ataques às autoridades do Estado, não apenas em sua nação de origem, mas também no Paraguai e na Bolívia, estabelecendo parcerias com organizações criminosas violentas, conhecidas como “bandas criminales”, na Colômbia (Ferreira, 2018).

Seus negócios têm alcance global e atendem consumidores na Europa e na América do Norte, utilizando a África Ocidental como um ponto de trânsito crucial. Essa tendência foi inicial-

mente relatada pelas autoridades judiciais brasileiras em 2009 e tem se mantido nos anos mais recentes com enorme repercussão na mídia e entre as autoridades no assunto (Ferreira, 2018).

4. Considerações finais

Um grupo de oito detentos no interior de São Paulo, no início dos anos 1990, se torna uma facção com mais de 30 mil membros que controla boa parte dos presídios e quebradas brasileiras, domina uma parte estratégica da fronteira com os outros países latinos fornecedores de maconha, armas e cocaína, domina a rota do tráfico de drogas para a Europa. Isto ocorre num cenário em que nada favorecia os indivíduos privados de liberdade, as violações de direitos humanos eram inúmeras e aliar-se para lutar contra um inimigo comum, sendo este o Estado, parecia a melhor opção disponível.

Consideramos no artigo o conflito interno ocorrido em 2001. Esse conflito abriu uma série de rebeliões em 29 unidades prisionais no estado de São Paulo. Sem dúvida era um marco sem igual, no qual o PCC mostrava sua estrutura, ousadia e força. Além disso, com capacidade gerencial de poder de mando, disciplina, descentralização e poder de igualdade entre os membros da facção. Em 2006, o PCC levou a efeito uma grande rebelião, onde os membros, já disciplinados, atacaram uma série de prédios públicos, inclusive de instituições policiais, e prédios civis. Além disso, o PCC deflagrou uma verdadeira guerra que na ação contrária da polícia, acabou com vários mortos civis e chacinas por toda São Paulo.

Após essas duas amostragens de força, o PCC se expandiu para outros estados da federação e encontrou algumas resistências ao Norte (chacina e rebeliões nos presídios de Roraima, Amazonas e Ceará). Também mediu forças com a facção FDN (Família do Norte), um grupo que surgiu em 2014, acusada de matar autoridades policiais e fazer dos presídios lugares de festas, regada a álcool e drogas. Também foi acusada de matar lideranças do PCC e passou a ser considerada a terceira maior facção no Brasil. Flexível, a estrutura organizacional do PCC liberou seus amotinados, fixou poder em várias penitenciárias e seguiu sua ação de incorporação de membros e abertura de rotas para o tráfico. Após o decênio de 2010, sua expansão já tinha alcançado o Paraguai e a rota do Rio Solimões. Também já atuava não somente no tráfico de drogas, mas em inúmeros negócios se tornando à primeira observação uma organização empresarial com inúmeras atividades legais.

Importante lembrar que o PCC organizou e mudou a cultura nos presídios de São Paulo. Ao cuidar dos presos, acabou com o uso do crack e dos estupros, bem como com as mortes injustas, o que levou à interlocução com os agentes penitenciários e com os familiares dos presos. Obviamente, tamanha organização foi favorecida pela superlotação das penitenciárias do Estado que, além de insalubres eram locais de tortura e maus tratos, daí a abertura para os “salves” garantindo conflitos abertos e estratégicos no intuito de responsabilizar o Estado.

O crescimento e a ressonância do PCC em nível nacional e depois internacional evidencia não somente a organização, mas o poder de cooptação dos presos e das pessoas associadas ao mundo do crime e do tráfico de drogas e armas. Atualmente, as pesquisas se esforçam por saber a quantidade real dos “cooptados” pelo PCC. Enquanto o Estado não sabe de tais informações, as lideranças seguem no regime RDD sendo o PCC a maior facção do Brasil, com ramificações na América Latina e participação da rede do tráfico de cocaína na Europa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio e Dias, Camila Nunes. Cronologia dos “Ataques de 2006” e a nova configuração de poder nas prisões na última década. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, vol. 10, n. 2, 118-132, ago./set., 2016.

ADORNO, Sérgio, SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Revista Estudos Avançados**, USP, São Paulo, nº 21 (61), 2007.

ALESSI, Gill. Venezuelanos ganham força e cargos-chave no PCC em Roraima após ‘batismo’ feito por liderança nacional. **El País**, 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-07/venezuelanos-ganham-forca-e-cargos-chave-no-pcc-em-roraima-apos-batismo-feito-por-lideranca-nacional.html>. Acesso em: 08 de julho de 2022.

AMADEO, Javier, RAIANE, Severino Assumpção *et. al.*. **Violência de Estado no Brasil**: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/0e2f4313-ae10-491e-878c-bac8d0248fe8>. Acesso em 22 de fevereiro de 2022.

AMORIM, C. **CV - PCC: A irmandade do crime**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado**: Uma etnografia do PCC. Editora Terceiro, 2010. Disponível em: <bit.ly/3t7Ck3Q>. Acesso em 10 de março de 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.850**, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

CANO, Ignacio; ALVADIA, Alberto. **Análise dos Impactos dos Ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006**. Rio de Janeiro: LAV-UERJ; São Paulo: CONECTAS, 2008.

CARVALHO, Marco Antônio. PCC recruta venezuelanos em prisão de Roraima e amplia frente internacional. **Estadão**, 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/em-nova-ofensiva-pcc-recruta-venezuelanos-em-prisao-de-roraima/>. Acesso em: março de 2022

CLÍNICA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE HARVARD e ONG JUSTIÇA GLOBAL. *São Paulo Sob Achaque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em maio de 2006*. São Paulo, 2011.

CONDEPE - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. **Crimes de maio**. São Paulo: Condepe, 2007.

CRUZ, Maria Daiana Targino da, *et al.* Crime organizado: uma abordagem sobre as facções dominantes no Brasil. **Revista Brasileira de Direito e Gestão Pública**. Volume 08, número 02, 2020. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RDGP/article/download/7865/7466>. Acesso em 23 de outubro de 2023

CAROS AMIGOS. **PCC**. A história da facção. O perfil de Marcola, o líder. A posição do Governo. A vida dos presídios. São Paulo: Ed. Casa Amarela, Edição Extra, ano 10, n. 28, maio 2006.

DIAS, Camila Nunes. **PCC**: Hegemonia nas prisões e monopólio da violência. São Paulo: Saraiva, 2013.

EL PAÍS. Venezuelanos ganham força e cargos-chave no PCC em Roraima após 'batismo' feito por liderança nacional. **El País**, 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-07/>

[venezuelanos-ganham-forca-e-cargos-chave-no-pcc-em-roraima-apos-batismo-feito-por-lideranca-nacional.html](#). Acesso em: 08 de julho de 2022.

ESTADÃO. **PCC recruta venezuelanos em penitenciária de Roraima**. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/Estadao/status/949191236161687552>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Domínios do Crime**. 10 anos dos ataques do PCC. São Paulo, 2016. Disponível em <https://infograficos.estadao.com.br/cidades/dominios-do-crime/>. Acesso em 28 de dezembro de 2024.

ESTADÃO. **Estado fez acordo com PCC para cessar ataques de 2006, mostra depoimento**. São Paulo, 27 de julho de 2015. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/07/27/estado-fez-acordo-com-pcc-para-cessar-ataques-de-2006-mostra-depoimento.htm>. Acesso em 08 de dezembro de 2024.

EXAME. PCC é a maior organização criminosa da América do Sul, diz Promotor. **Exame**, São Paulo. 13 de julho de 2018. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=363227&pesq=&pagfis=6>. Acesso em: 9 maio 2022

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: Uma história do PCC. São Paulo. Companhia das Letras. 2018.

FERREIRA, Marcos Alan S. V.; FRAMMENTO, Rodrigo De Souza. Atores Não-estatais Violentos Transnacionais Na América Do Sul. **Revista Brasileira De Segurança Pública** 14.1 (2021): 72-87.

FERREIRA, Marcos Allan S. V. Brazilian criminal organizations as transnational violent non-state actors: a case study of the Primeiro Comando da Capital (PCC). **Trends Organ Crim**, v. 22, p. 148–165, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12117-018-9354-7>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Estatuto do PCC**. (Caderno Cotidiano). São Paulo, domingo, 25 de maio de 1997. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/5/25/cotidiano/30.html>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **PCC cresce de 50 para 1.500 membros em Roraima em apenas quatro anos**. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/pcc-cresce->

[-de-50-para-1500- membros- em-roraima-em-apenas-quatro-anos.shtmll>.](#) Acesso em: março de 2022.

G1 – São Paulo. Globo.com. **Depoimento mostra que governo fez acordo com facção em 2006**, diz jornal. Declaração de delegado foi obtida pelo 'O Estado de São Paulo'. Secretário de Segurança Pública de SP negou negociação com criminosos. São Paulo, 27 de julho de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/07/depoimento-mostra-que-governo-fez-acordo-com-facciao-em-2006-diz-jornal.html>. Acesso em 20 de dezembro de 2023.

HISAYASU, Alexandre. PCC 10 Anos: O Poder Financeiro [Infográficos]. **Estadão**, 2016. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/cidades/dominios-do-crime/poder-financeiro>. Acesso em: 26 de agosto de 2023.

JOSINO, Josmar. **Cobras e Lagartos**. São Paulo: Ed. Objetivo, 2005.

JOSINO, Josmar. **Casadas com o crime**. Histórias do PCC. São Paulo: Letras do Brasil, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Gabriela. "The International Expansion of Sao Paulo's Primeiro Comando Da Capital (PCC): Notes on the Illicit Drug Trade in South America." **Rivista Di Criminologia, Vittimologia E Sicurezza** XIII.XIII, 2, 2019 (2019): 43-65. Disponível em: http://www.vittimologia.it/rivista/articolo_machado_201902.pdf. Acesso em: 18 de jul. de 2023.

MANSO, B. P; DIAS, C. N. **A Guerra**: Ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo. Editora Todavia, 2018.

MARTINS, Rodrigo. Alepo? Não, Manaus... O massacre amazônico expõe um país refém da criminalidade e vítima da omissão estatal. *In*: **Carta Capital**, 11 de janeiro de 2017. pp. 14 - 19.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Vozes, 2002.

MINGARDI, Guaracy. O trabalho da Inteligência no controle do crime organizado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 21, p. 51-69, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10266>. Acesso em: agosto de 2022.

MIRAGLIA, Paula, SALLA, Fernando. O PCC e a gestão dos presídios em São Paulo. entrevista com Nagashi Furukawa. Dossiê Segurança Pública. **Revista NOVOS ESTUDOS**, nº80, São Paulo, março de 2008.

O GLOBO. **“Cerca de 70 facções atuam no Brasil”**, diz o ministro da Segurança Pública. Brasília. 03 de setembro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/cerca-de-70-faccoes-atuam-no-brasil-diz-ministro-da-seguranca-publica-23035855>. Acesso em: 17 de março de 2023

O GLOBO. **Massacre em Roraima foi o 3º maior da história dos presídios brasileiros**. Número de mortos fica atrás apenas do registrado em chacinas do Carandiru e de Manaus. Reportagem de Luan Correia, especial para o GLOBO. São Paulo, 06 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/massacre-em-roraima-foi-3-maior-da-historia-dos-presidios-brasileiros-20739320>. Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

OLIVEIRA, Giovanni França de; KRUGER, Caroline. “As Relações De Reciprocidade E Dívidas Morais Entre O Presídio E a Rua: A Expansão E Transnacionalização Do Primeiro Comando Da Capital (PCC) Na Fronteira Brasil-Bolívia.” **Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social**. Rio de Janeiro, 11.1 (2018): 28-52.

PEREIRA, Felipe. PCC no Garimpo. **UOL Tab**. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/pcc-no-garimpo/>. Acesso em: outubro de 2023.

PEREZ, Fabíola. PCC recruta venezuelanos para ampliar ‘exército’ em Roraima e no exterior. **UOL**, 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/07/03/pcc-venezuelanos-trafico-roraima.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: outubro e 2023.

RIBEIRO, Emile Caroline de Souza. **A ampliação da frente internacional do Primeiro Comando da Capital e os imigrantes venezueladnos em Roraima**: um estudo de caso. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública e Cidadania da Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG), 2023.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, 2006, p. 274-307.

SOUZA, Percival. O sindicato do Crime. **PCC e outros grupos**. São Paulo: Ed. Ediouro, 2006.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.